

PANO DE FUNDO

Segundo o ministro da Planificação e Desenvolvimento

Dinheiro da cesta básica vai compensar aumentos de preços

O Orçamento rectificativo atribui 335,6 milhões de meticais à cesta básica, dinheiro que vai servir, agora, para compensar os aumentos de preços dos produtos alimentares no mercado internacional

O valor do subsídio à cesta básica, previsto no Orçamento do Estado rectificativo 2011, será usado para compensar possíveis aumentos do preço de pão, arroz, óleo alimentar, feijão, entre outros produtos de primeira necessidade. O ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereineia, que revelou a informação, ontem, ao "O País", afirmou que a medida do Governo visa o mesmo fim que o da cesta básica: evitar a subida do custo de vida.

O Governo desistiu da cesta básica, em Junho passado, por considerar que já não era necessária, em face da estabilidade de preços dos produtos alimentares no mercado internacional.

O primeiro-ministro, Aires Ali, dissera, no mesmo mês, em Nampula, que a cesta básica não era um dado adquirido e que a realidade do mercado recomendava a que não fosse introduzida.

O Orçamento do Estado de 2011, rectificado para acomodar esta despesa, atribui uma verba de 335,6 milhões de meticais ao financiamento da cesta básica nas 11 capitais provinciais. É este dinheiro que Aiuba Cuereineia diz que, agora, vai servir para estancar a instabilidade de preços no mercado internacional, caso ocorra.

SUBSÍDIO PARA TODOS

A cesta básica, calculada em 844 meticais, incluía pão, arroz, óleo alimentar, feijão, entre outros produtos, e seria atribuída, mensalmente, a quem ganha até 2 500 meticais. O tecto de 2 500 meticais fora definido exactamente para se atingir aqueles que são menos remunerados, ou seja, as camadas mais desfavorecidas da sociedade.

Desta forma, o Governo pretendia corrigir o erro de criação



Aiuba Cuereineia, ministro da Planificação e Desenvolvimento

de subsídios gerais, que acabam beneficiando a quem não precisa. A má experiência dos subsídios gerais aos combustíveis levou a que pessoas sem necessidade o recebessem.

O ministro da Energia, Salvador Namburete, chegou a di-

zer que havia casos de cidadãos malawianos que atravessavam a fronteira para Moçambique com o intuito de abastecerem as suas viaturas, devido aos elevados preços praticados no seu país.

Namburete disse, também, que a fórmula de subsídio às ga-

solineiras permitia que se compensasse o aumento dos preços dos combustíveis a quem fosse à praia e não apenas àqueles que têm dificuldades. Ora, este raciocínio difere da decisão de usar o subsídio à cesta básica para compensar possíveis au-

mentos dos produtos de primeira necessidade. Ao que consta, o valor será alocado directamente às unidades comerciais, para que não aumentem os preços aos consumidores.

As unidades comerciais, por sua vez, não vão seleccionar os seus clientes em função da capacidade financeira. Vão vender os seus produtos a todos os que puderem comprar. Quer isto dizer que o subsídio do Governo é geral e vai beneficiar a todos, incluindo aqueles que podem pagar mais caro.

MOÇAMBIQUE QUER MAIS CRÉDITOS COMERCIAIS

O ministro da Planificação e Desenvolvimento, Aiuba Cuereineia, e o governador do Banco de Moçambique, Ernesto Gove, arrancaram, ontem, com destino aos Estados Unidos da América, para participarem na primeira anual do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional.

Em Washington, Moçambique vai negociar a contratação de créditos não concessionais, ou seja, vai pedir autorização ao Banco Mundial e ao FMI para contrair dívidas a créditos comerciais.

Aquelas duas instituições financeiras têm pressionado Moçambique no sentido de evitar empréstimos a juros de mercado, argumentando que a economia nacional enfrenta o risco de voltar à insustentabilidade da dívida. Entretanto, Cuereineia explicou que o financiamento não concessional será aplicado em sectores estratégicos que garantam retorno aos credores.

Ainda em Washington, onde Moçambique manterá encontros com a directora-geral do Banco Mundial e director-adjunto do FMI, será fechado um acordo de 92 milhões de dólares para financiar a agricultura. ■